XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA I

HORÁCIO WANDERLEI RODRIGUES

FABIANO KOFF COULON

ÉDERSON GARIN PORTO

Copyright © 2018 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais
Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI
Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina
Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo
Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)
Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED – Santa Catarina
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará
Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM– Distrito Federal
Relações Internacionais para o Continente Americano
Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goías
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSM – Rio Grande do Sul)
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul Prof.
Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

---

P472

Pesquisa e educação jurídica I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UNISINOS

Coordenadores: Horácio Wanderlei Rodrigues; Fabiano Koff Coulon; Éderson Garin Porto. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

Inclui bibliografia
ISBN:
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Tecnologia, Comunicação e Inovação no Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI (27 : 2018 : Porto Alegre, Brasil).

CDU: 34

Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Porto Alegre – Rio Grande do Sul - Brasil
http://unisinos.br/novocampuspoa/

XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA I

Apresentação

A presente coletânea apresenta os trabalhos apresentados e discutidos no Grupo de Trabalho PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA I, no âmbito do XXVII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado entre os dias de 14 a 16 de novembro de 2017, na cidade de Porto Alegre/RS, promovido em parceria entre o Conselho Nacional de pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, e que teve como temática “TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INOVAÇÃO NO DIREITO”.

Os trabalhos apresentados desenvolveram de forma bastante profunda diversas questões relacionadas à pesquisa e educação jurídica, tendo versado sobre temas como: a importância da pesquisa empírica, de práticas pedagógicas inovadoras no ensino superior, o perfil dos docentes universitários, a necessidade de pensar práticas como o autoplágio, a relevância da perspectiva comparatista e da interdisciplinariedade, entre outras, restando todos sobremaneira enriquecidos pelos excelentes "insights" produzidos a partir das rodadas de discussão realizadas ao final das apresentações.

É com imensa satisfação que os coordenadores apresentam esta obra, agradecendo aos pesquisadores envolvidos em sua produção pelas excelentes reflexões por ela proporcionadas.

Boa leitura!

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED

Prof. Dr. Éderson Garin Porto - UNISINOS

Prof. Dr. Fabiano Koff Coulon - UNISINOS

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

PROFISSÃO PROFESSOR(A): PERFIL E DESAFIOS DE DOCENTES DE DISCIPLINAS PROPEDÊUTICAS

PROFESSOR PROFESSION: PROFILE AND CHALLENGES OF THE PROFESSORS OF PROPAEDEUTIC CONTENTS

Bárbara Silva Costa [1]
Aleteia Hummes Thaines [2]

Resumo

Os conteúdos de natureza propedêutica são áreas do saber que oportunizam um olhar integral dos fenômenos jurídicos e sociais. Áreas como Sociologia, Filosofia e Antropologia integram o rol de conteúdos obrigatórios nas matrizes curriculares dos cursos jurídicos, contudo nem sempre são valorizados pelos estudantes. Diante disso, o estudo objetiva compreender o perfil dos professores de disciplinas propedêuticas e seus principais desafios. O contato com os docentes ocorrerá por meio de pesquisa de campo realizada na Unisinos e no UniRitter. A método é o dedutivo e a técnica de pesquisa utilizada é a aplicação de questionários e realização de análise quantitativa.

Palavras-chave: Conteúdos propedêuticos, Perfil docente, Identidade, Educação jurídica

Abstract/Resumen/Résumé

The contents of a propaedeutic nature are areas of knowledge that provide an integral view of juridical and social phenomena. Areas like Sociology, Philosophy and Anthropology integrate the list of obligatory contents in the curricular matrices of the law courses, however they are not always valued by students. Therefore, the objective of this study is to understand the profile of professors of propaedeutic disciplines and their main challenges. The contact with teachers occurred through a field research carried out at Unisinos and UniRitter. The method is deductive and the research technique used is the application of questionnaires and quantitative analysis.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Propaedeutic contents, Professor profile, Identity, Legal education

[1] Pós-Doutoranda, Doutora e Mestre em Direito pela Unisinos, Professora Universitária. Integra o grupo de pesquisa do CNPq de Teoria do Direito na Unisinos. E-mail: profbarbarac@gmail.com

[2] Pós-Doutoranda em Direito pela Unisinos, Bolsista CAPES/BRASIL, Doutora em Direito pela Unisinos. E-mail: ale.thaines@gmail.com

1. Aspectos Introdutórios: cenário da educação superior no Brasil, a profissionalização da carreira de professor universitário e a construção de uma identidade docente

O ensino superior, a partir dos anos 2000, pode ser caracterizado pela franca expansão de instituições privadas no país, tendo como principal agente desse processo o professor universitário. De acordo com dados oficiais do Ministério da Educação, em 2006, o Brasil contava com aproximadamente cinco milhões de matrículas no ensino superior. Apenas dez anos depois, em 2016, o país contava 8.048.701 matrículas em 34.366 Cursos de Graduação ativos. Salienta-se que 75% das vagas são ocupadas por estudantes de Instituições de Ensino privadas. (Relatório Oficial do Censo da Educação Superior, 2016).

A partir de uma análise específica por curso, observa-se que a maior parte do número de matrículas do país está concentrada na área do Direito. A seguir, encontra-se o levantamento dos dez maiores cursos de graduação do país:

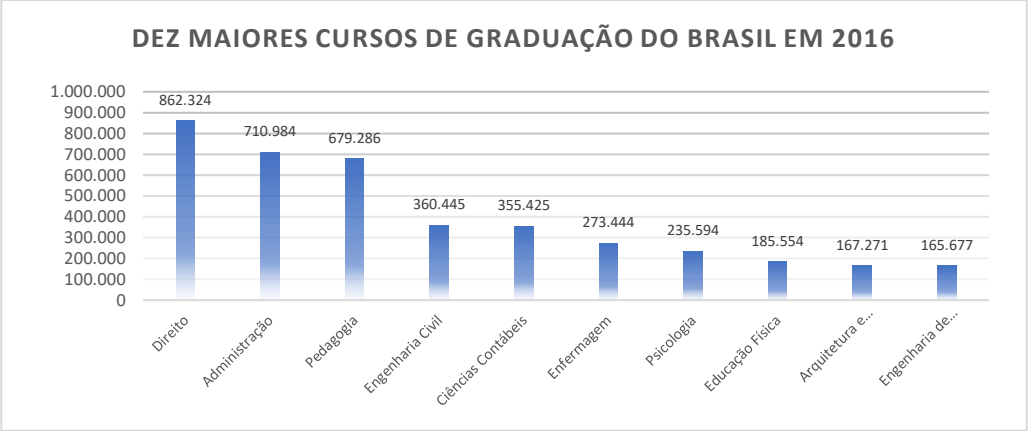

Figura 01 – Número de Matrículas no Ensino Superior por Áreas do Conhecimento em 2016 (Relatório Oficial do Censo da Educação Superior 2016)

Em 2018, o país conta com 1.406 cursos de Direito em atividade e possui 281.380 vagas anuais autorizadas (Dados oficiais obtidos no sistema e-MEC em consulta realizada em 04/09/2018). Para atender a esses mais de 1.400 cursos jurídicos, as Instituições possuem mais de 29.000 professores de Direito. (Censo da Educação Superior).

A Pós-Graduação em Direito também é caracterizada pelo progressivo crescimento nas últimas décadas. De acordo com levantamento realizado por Almeida, no início dos anos 80, havia apenas 11 instituições de ensino oferecendo 20 programas de mestrado e 12 de doutorado (ALMEIDA, 2012, P. 39). Já em 2018, esse dado aumentou para 108 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito, sendo 99 mestrados e 36 doutorados, oferecidos por

108 instituições de ensino. (Dados Cadastrais dos Programas de Pós-Graduação – extraído da plataforma Sucupira. Consulta realizada em 04/09/2018).

Para atuar na docência do ensino superior, são necessários cumprimentos de exigências impostas pela legislação educacional em vigor no que se refere à titulação mínima exigida e regime de trabalho. Assim, com base nos requisitos previstos pelas normas vigentes e pela expansão da pós-graduação no Brasil, percebe-se um movimento voltado à profissionalização da profissão docente na educação superior.

Além de cumprir requisitos quanto à titulação prevista na legislação para atuação na docência do ensino superior, os professores universitários devem romper com o modelo pedagógico a que foram submetidos ao longo de sua graduação. Isso ocorre em virtude de fatores como o advento das novas tecnologias e o perfil de aluno que passou a ingressar nos cursos superiores na última década.

Fruto desses novos tempos, cada vez mais se torna necessário refletir a respeito do papel do professor no século XXI. Em se tratando especificamente da área do Direito, é preciso pensar sobre as competências e habilidades dessa profissão em um contexto de mudança constante. Nesse sentido, reconhece-se que, embora o volume de cursos de Pós-Graduação tenha se ampliado nas últimas décadas, na maioria das vezes, os professores dos cursos jurídicos não possuem formação didática, pois muitos dos cursos de mestrado e doutorado em Direito não contam em suas matrizes curriculares com conteúdos focados em formação pedagógica, o que configura uma grande contradição, uma vez que normalmente os alunos desses programas visam atuar na docência universitária.

Vale lembrar que, tradicionalmente, a profissão docente era vista (ou ainda é, por muitos) como uma atividade secundária. A principal profissão desse profissional estava aliada, conforme revela a história dos cursos jurídicos no Brasil, à práxis do Direito. Antes, o professor de Direito era um advogado, juiz, promotor, que lecionava nas horas vagas, ou seja, a carreira era representada por profissionais que faziam do magistério um “bico”. Agora, cresce o número daqueles que optam de fato pela profissão docente.

Sobre o tema, Pagani (In SANCHES, SILVEIRA e COUTO, 2012, p. 25) menciona que a iniciativa mais frequente utilizada pelas universidades para atender à demanda de formação pedagógica dos seus pós-graduandos é a inclusão de uma disciplina, geralmente intitulada Metodologia do Ensino Superior, nos cursos de mestrado e doutorado. Sua carga-horária varia de 45 a 60 horas, mas nem sempre é obrigatória.

Segundo Masetto (2003, p. 25), começou-se a perceber que, assim como para a pesquisa se exigia desenvolvimento de competências próprias, surgia a necessidade do

desenvolvimento dos docentes do ensino superior, que deveriam ser alcançadas por meio do aprofundamento dos estudos realizados na pós-graduação. Segundo o educador, a pós-graduação buscou resolver esse problema, pois a profissionalização da atividade docente buscou romper com uma conotação pautada na ideia de que se ensina por boa vontade, por complementação salarial ou, ainda, somente para se "fazer alguma coisa no tempo que restasse do exercício de outra profissão.

No que se refere à atuação do corpo docente, busca-se refletir acerca da possibilidade de criação de uma identidade profissional para o professor de Direito. Isso porque a construção de uma identidade do docente implica em abandonar uma percepção pautada no *status* de simples especialista de uma disciplina do currículo. Busca-se construir uma concepção centrada no aprimoramento pedagógico constante desse docente.

De acordo com Anastasiou e Pimenta(2010, p. 35), não raro os professores do ensino superior advêm de profissões como médicos, engenheiros, advogados e outras, ficando em segundo plano a sua identificação profissional como professor. O termo "professor" somente costuma ser utilizado quando vem acompanhado do adjetivo "universitário". Tal fenômeno demonstra que o título de professor, isoladamente, sugere uma identidade menor.

Em se tratando de identidade, adotou-se a percepção de Silva (2000, p. 96), para quem a identidade não é uma essência, não é um dado ou um fato. A identidade não é fixa, estável coerente, unificada e permanente. Trata-se de uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente e inacabada e está ligada a sistemas de representação.

A partir das palavras de Silva, percebe-se que não se pode conceber uma identidade do professor de Direito parada no tempo. Trata-se de um conceito em constante construção, sendo, portanto, equivocada qualquer tentativa de traçar uma concepção imutável identificadora dessa profissão.

Sobre a atuação do professor universitário, é comum encontrar quem sustente se tratar de uma vocação inata, pautada na ideia de que essa é uma atividade que se aprende na prática e que não é necessária uma preparação prévia. Sobre o tema, Anastasiou e Pimenta (2010, p. 36) consideram que o professor universitário aprende a sê-lo mediante um processo de socialização em parte intuitiva, autodidata ou seguindo a rotina dos "outros". Para as autoras, esse fato está relacionado à inexistência de uma formação específica como professor universitário.

Na maioria das vezes, os docentes não se identificam como professores, uma vez que olham o ser professor e a universidade do ponto de vista do aluno. O desafio que se impõe é o

de colaborar no processo de passagem de professores que se percebem como ex-alunos da universidade para o ver-se como professor nessa instituição. Desse modo, tem-se o desafio de construir a sua identidade de professor universitário, para o que os saberes da experiência não bastam. (ANASTASIOU e PIMENTA, 2010, p. 79)

Nesse sentido, constata-se que a construção de uma identidade docente vai sendo construída à medida que o professor vai se profissionalizando. Esse processo é caracterizado, segundo Libâneo (2001, p. 20), em dois momentos. Em um primeiro instante, a identidade profissional pode ser definida como um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que definem a especificidade do trabalho do professor. Já em um segundo momento, o professor vai assumindo determinadas características de acordo com as exigências educacionais que são colocadas em cada etapa histórica e em cada contexto social.

Nesse cenário, a realização da presente pesquisa objetiva aprofundar o tema da profissão de professor(a) a partir da realização de uma análise do perfil e dos desafios enfrentados pelos docentes que ministram conteúdos propedêuticos em Cursos Jurídicos. Para tanto, o estudo contou com amostras significativas das duas instituições participantes (UNIRITTER e UNISINOS).

Em se tratando da primeira, 11 docentes (do total de 14) participaram da pesquisa, o que representava um total de 78,57% dos professores que ministraram conteúdos propedêuticos em 2013. Na segunda, o índice de participação foi um pouco menor em virtude da forma de aplicação da pesquisa (e-mail). De um total de 20 professores, houve a participação de cinco pesquisados, o que equivale a uma amostra de 25% dos docentes.

A apresentação dos resultados será realizada em duas etapas, quais sejam:

a) em um primeiro momento, pretende-se traçar algumas características de perfil dos professores. Por isso, serão apresentadas as respostas obtidas no instrumento de pesquisa referentes ao perfil socioeconômico e acadêmico dos docentes;

b) depois, pretende-se abordar a escolha profissional e a atuação docente daqueles que optaram pela carreira do magistério do ensino superior e atuam em disciplinas de caráter propedêutico.

2. Perfil dos professores que ministram conteúdos propedêuticos: um olhar sobre as Faculdades de Direito da Unisinos e do UniRitter

Conforme descrito anteriormente, o presente estudo adotou como recurso metodológico a aplicação de questionários a docentes que ministram disciplinas propedêuticas em cursos jurídicos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), em uma pesquisa realizada em 2012 e 2013 junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Doutorado em Direito, da Unisinos.

Destaca-se que não se tem a pretensão de apresentar características atemporais de professores universitários que atuam na docência do ensino superior, em especial em disciplinas propedêuticas nos cursos de Direito. Por meio da aplicação do instrumento elaborado, buscou-se identificar o perfil dos professores atuantes nessa área para mapear suas características e fatores que motivaram sua escolha profissional na área. Assim, é possível observar se os cursos pesquisados possuem um perfil docente dedicado à docência como profissão principal ou acessória.

A seguir, encontra-se a tabulação das respostas apresentadas pelos participantes:

Categoria	**Perfil dos docentes de disciplinas propedêuticas da Unisinos e do UniRitter**
Sexo	a) Homens: 50% b) Mulheres: 50%
Idade	a) De 24 a 33 anos: 31% c) De 44 a 53 anos: 31% b) De 34 a 43 anos: 19% d) Mais de 53 anos: 19%
Estado civil	a) Casados: 50% c) Solteiros: 19% b) União Estável: 19% d) Separados/divorciados: 12%
Filhos	a) Não possui filhos: 50% c) Possui dois filhos: 6% b) Possui um filho: 19% d) Possui mais de dois filhos: 25%
Renda familiar	a) Menos de R$2.488,00: 0% d) De R$7.466,00 a R$9.954,00: 19% b) De R$2.489,00 a R$4.976,00: 6% e) De R$9.955,00 a R$12.443,00: 38% c) De R$4.977,00 a R$7.465,00: 13% f) Mais de R$12.443,00: 25%
Graduação	a) Direito: 69% b) Outras áreas: 31% Qual? Administração (2), Filosofia (1), Antropologia (1), Ciências Sociais (1), Economia (1) e Teologia (1)
IES da Graduação	a) PUCRS: 56% c) Unisinos: 19% b) UFRGS: 25% d) Outra IES: 0%
Conclusão Graduação	a) De 1980 a 1990: 38% c) Após os anos 2000: 44% b) De 1991 a 2000: 44% d) Branco: 0%
Possui Especialização	a) Sim: 50% b) Não: 50%
Possui mestrado	a) Sim: 81%

	b) Não: 19% Área: Direito (7) e outras áreas (6).
Possui Doutorado	a) Sim: 75% b) Não: 19% c) Branco: 6% Área: Direito (4), outras áreas (6) e em branco (3)
IES onde lecionam	a) UniRitter: 69% b) Unisinos: 25% c) São Judas Tadeu: 18% d) UFRGS: 18% e) Outras Ies: 31% (PUCRS, Unilasalle, Dom Bosco, Ftec e Cesuca
Disciplina que leciona	a) Sociologia: 45% b) Ciência Política: 45% c) Teoria Geral do Direito: 36% d) Antropologia: 27% e) Economia: 18% f) Filosofia: 18% g) Metodologia Científica: 18% h) Ética e Cidadania: 18% i) Outras disciplinas (dogmáticas): 87%
Tempo de Experiência docente	a) Menos de 3 anos: 19% b) De 3 a 5 anos: 6% c) De 5 a 8 anos: 25% d) De 8 a 11 anos: 6% e) De 11 a 15 anos: 13% f) De 15 a 18 anos: 6% g) Mais de 18 anos: 25% h) Branco: 0%
Experiência profissional fora do magistério	a) Menos de 3 anos: 6% b) De 3 a 5 anos: 13% c) De 5 a 8 anos: 25% d) De 8 a 11 anos: 19% e) De 11 a 15 anos: 6% f) De 15 a 18 anos: 6% g) Mais de 18 anos: 19% h) Branco: 6%
Ch trabalhada por semana em todos os vínculos	a) Menos de 10h: 6% b) De 11h a 20h: 6% c) De 21h a 30h: 6% d) De 31h a 40h: 38% e) De 41h a 50h: 19% f) De 51h a 60h: 13% g) Mais de 60h: 13% h) Branco: 0%
Tempo dedicado ao planejamento das aulas semanalmente	a) Menos de 5h: 25% b) De 5h a 10h: 44% c) De 11h a 16h: 31% d) De 17h a 22h: 0% f) Mais de 22h: 0%
Exerce outra atividade profissional	a) Sim: 56% b) Não: 44% Atividade: Advocacia (56%), Pesquisa (22%), Editora (11%) e Perícia (11%).
Quando questionado sobre sua profissão, qual a sua resposta	a) Professor: 81% b) Advogado e Professor Universitário: 19%

Figura 01: Perfil socioeconômico dos professores que ministram disciplinas propedêuticas nos cursos jurídicos da Unisinos e do UniRitter.

Os dados obtidos na aplicação do instrumento aos pesquisados revelaram que, em geral, metade dos participantes da pesquisa são do sexo feminino e metade do sexo masculino. Em se tratando da idade, identificou-se uma diversidade no perfil dos pesquisados entre jovens e mais experientes, uma vez que 31% possuem entre 24 e 33 anos e 31%, entre 44 e 53 anos.

Com relação ao estado civil, observa-se que 69% dos docentes são casados ou possuem união estável. Quando questionados se possuem filhos, metade dos professores

respondeu não possuir filhos (50%). Quando cruzadas as informações, constatou-se que, em grande parte, esse dado possui relação com os respondentes mais jovens.

Em se tratando da renda familiar do professor, constata-se que a maioria (38%) recebe entre R$ 9.955,00 e R$ 12.443,00, 25% ganham mais de R$ 12.443,00 e 38% percebem uma renda inferior a R$ 9.955,00. Cumpre destacar que a pergunta realizada no instrumento de pesquisa enfatizou que a questão não pedia apenas os rendimentos individuais do pesquisado, mas da soma de todos os que residem com ele.

Com o objetivo de identificar a adesão do currículo dos professores às áreas ministradas no curso de Direito, questionou-se sobre o(s) curso(s) de graduação cursado(s). Nesse ponto, 69% dos docentes indicaram que têm formação em Direito, e 31%, em outras áreas do saber.

Como estamos diante de disciplinas propedêuticas, saber se esse docente frequentou os bancos escolares de áreas que não sejam somente jurídicas passa a ser importante para que se possa compreender a visão que ele possui a respeito das disciplinas ministradas e como pode expor os conteúdos aos acadêmicos. Quando questionados sobre a Instituição de Ensino Superior em que concluíram a graduação, 56% dos professores responderam a PUCRS, 25% indicaram a UFRGS e 19% manifestaram que a UNISINOS. Percebe-se que as três instituições indicadas são as mais tradicionais do estado, tendo sido fundadas, respectivamente em 1931, 1895 e 1969.

Em seguida, os professores foram questionados sobre o ano de conclusão da graduação. Para 44% dos respondentes, a colação de grau ocorreu após o ano 2000. Essa informação se relaciona à faixa etária dos docentes mais jovens. Também se identificou que 38% concluíram o curso entre os anos de 1980 e 1990 e 19% entre 1991 e 2000.

Dando continuidade às questões envolvendo a titulação docente, observou-se que metade dos pesquisados (50%) cursou especialização. Dos 16 respondentes da pesquisa, 81% fizeram mestrado e 75% concluíram o doutorado. Conforme os dados obtidos, em geral, é possível afirmar que as áreas escolhidas apresentam conexão com as disciplinas de caráter propedêutico.

Os dados também permitem observar que a maioria dos professores atua em mais de uma Instituição de Ensino Superior e, quando questionados sobre as disciplinas que lecionam, a maioria indicou as áreas de Ciência Política e Sociologia (45% cada), Teoria Geral do Direito (36%) e Antropologia (27%). Logo, a maioria dos docentes atua em disciplinas propedêuticas.

Em se tratando do tempo de experiência no ensino superior, a pesquisa revela que 19% possui menos de 3 anos de experiência, 6% possui de 3 a 5 anos de experiência, 25% possui

entre 5 e 8 anos, 6% possui experiência de 8 a 11 anos, 13% de 11 a 15 anos, 6% possui experiência de 15 a 18 anos e 25% possui mais de 18 anos de experiência docente.

Em seguida, ao questionar o tempo de experiência do professor fora do magistério superior, identificou-se que os períodos mais frequentes foram de cinco a oito anos (25%), de oito a 11 anos (19%) e mais de 18 anos (19%).

Quanto à experiência profissional, apenas um professor indicou ter menos de 3 anos de experiência fora da área acadêmica. Todos os demais possuem experiência profissional (13%, de 3 a 5 anos; 25%, de 5 a 8 anos; 19%, entre 8 e 11 anos; 6% possui entre 11 e 15 anos; 6% possui entre 15 e 18anos).

O envolvimento dos docentes com a atividade acadêmica e fora do magistério superior fica evidenciado quando questionados sobre o total de carga horária de trabalho que praticam durante a semana. A maioria dos respondentes (38%) indicou um comprometimento de tempo semanal de 31 a 40 horas. Destaca-se, ainda, que 45% dos docentes trabalham mais de 40 horas semanais.

Verifica-se, ainda, que 44% dos pesquisados dedicam de cinco a dez horas semanais. Logo, além das horas oficiais dedicadas à(s) carreira(s) exercida(s) pelo professor, deve-se somar seu tempo de envolvimento com as atividades preparativas para a realização da aula.

Conforme demonstrado no início da apresentação dos dados, grande parte dos docentes percebe renda familiar superior a R$ 9.955,00 (63%)[1]. A observação dessa informação não pode ignorar que esse valor não se trata necessariamente dos recursos que os docentes recebem em virtude única e exclusivamente da carreira acadêmica. Isso porque 56% exercem outra atividade profissional além da docência no ensino superior.

Dentre as outras carreiras exercidas, merece destaque a atuação na advocacia (55% do total de professores que atuam em outras áreas). Em segundo lugar ficou a carreira de pesquisador (22% dos respondentes), seguido de atuação em editora e perícia.

Buscando conhecer a identidade do profissional dos pesquisados, questionou-se sobre o modo como os participantes respondem quando são perguntados sobre sua profissão. Sobre isso, identificou-se que 81% dos pesquisados responderam a atividade docente como principal atividade laboral. Os demais, 19%, indicaram atividade na advocacia e atuação como professores.

[1] É importante salientar que a pesquisa foi aplicada em 2013, havendo, portanto, um expressivo lapso temporal em relação ao momento atual. Logo, a informação deve ser contextualizada de acordo com o perfil dos respondentes na ocasião da aplicação do questionário.

3. Docente de disciplinas propedêuticas em Cursos Jurídicos: motivações para a escolha da profissão docente e desafios enfrentados

O segundo bloco de questões do instrumento de pesquisa se propôs a identificar as motivações docentes para a escolha da carreira acadêmica e seus principais desafios. A seguir, apresentar-se-á a tabulação dos resultados obtidos para posterior análise:

Categoria	Escolha da carreira docente e desafios da profissão
Motivo da escolha da carreira docente	a) Prazer/satisfação/paixão: 31% b) Gostar de pesquisa: 31% c) Ter tido professores inspiradores: 13% d) Gostar de estudar: 13% e) Vocação: 6% f) Influência familiar: 6% g) Manter o vínculo com a Universidade: 6% h) Manter-se atualizado: 6% i) Influenciar a formação de futuros juristas: 6% j) Outros motivos: 12%
Motivo da escolha por ministrar conteúdos propedêuticos	a) Afinidade / gosta de teoria: 62% b) Preocupação com a formação do graduando: 13% c) Desinteresse pela área prática: 6% d) Alunos de início de curso são mais receptivos ao conhecimento: 6% e) Apresentar aos alunos os desafios da área: 6% f) Outros motivos: 13%
Principais desafios do docente em disciplinas propedêuticas	a) Manter o interesse dos alunos: 44% b) Demonstrar a utilidade da área: 25% c) Desvalorização da área por alunos e colegas: 25%: d) Ansiedade do aluno com a prática: 6% e) Enfrentar deficiências do ensino fund./médio: 6% f) Enfrentar a ansiedade do aluno com a prática: 6% g) Tornar o conhecimento mais acessível: 6% h) Apresentar o estado e seus papeis: 6% i) Integrar o aluno na sociedade: 6%
Felicidade e atuação na docência do ensino superior	a) Considera-se feliz na profissão docente: 88% b) Não se considera feliz na profissão docente: 6% c) Branco: 6%
Valorização e reconhecimento pela escolha profissional	a) Considera-se reconhecido e valorizado na profissão docente: 81% b) Não se considera reconhecido e valorizado na profissão docente: 13% c) Branco: 6%
Docência como principal profissão	a) Docência é a principal profissão: 81% b) Docência não é a principal profissão: 19%
Docência como primeira escolha após a conclusão da graduação	a) Sim: 63% b) Não: 37%
Percepção discente sobre os conteúdos propedêuticos	a) Muito relevantes: 6% b) Relevantes: 38% c) Nem relevantes nem irrelevantes: 25% d) Irrelevantes: 25% e) Branco: 6%
Autoavaliação do professor na atuação docente	a) Muito bom: 44% b) Bom: 44% c) Regular: 13% d) Ruim: 0% e) Muito ruim: 0%

Quando questionados sobre os motivos pelos quais optaram pela carreira acadêmica, as respostas mais frequentes, conforme pode ser observado, foram prazer/satisfação/paixão (31%) e possibilidade de trabalhar com pesquisa e iniciação científica (31%). Sobre essa

questão, destacam-se algumas passagens, extraídas da parte aberta do instrumento, que merecem atenção:

> No início do Curso de Direito, ingressei na iniciação científica e me apaixonei pela pesquisa. Sempre gostei de estudar, e alguns professores que tive me inspiraram muito a me tornar professora.
>
> **Professora, de 24 a 33 anos.**

> A carreira que me escolheu, minha intenção original era a pesquisa.
>
> **Professor, de 44 a 53 anos.**

> No Brasil, a carreira de pesquisador está intrinsecamente ligada à docência.
>
> **Professor, de 24 a 33 anos.**

> Desde que fiz iniciação científica, soube que queria trabalhar com pesquisa e na carreira docente. **Professor, de 24 a 33 anos.**

Nota-se que o perfil de professor pesquisador está bem presente na caracterização dos docentes respondentes. A influência da pesquisa iniciada na graduação é um grande fator motivador da escolha profissional acadêmica. Tal afirmação pode ser percebida com clareza nos trechos acima descritos, que mencionam a paixão e o interesse pela pesquisa.

Outro comentário que despertou interesse revela a influência de exemplos de ex-professores para a escolha profissional acadêmica. De acordo com uma professora, a opção pela carreira ocorreu pelo vínculo afetivo criado com seus docentes. Esse é o posicionamento disposto abaixo:

> Por paixão e admiração aos meus docentes.
>
> **Professora, de 44 a 53 anos.**

Após conhecer as motivações de alguns docentes para a escolha profissional, a próxima pergunta questionou sobre a opção por ministrar disciplinas propedêuticas. Nesse sentido, a maioria afirmou que tem grande afinidade com a área e gosta de teoria (62%). Outras respostas interessantes indicam que a escolha por trabalhar com essas cadeiras ocorreu para desenvolver pesquisas sobre os assuntos (13%).

Para os docentes, os principais desafios enfrentados ao ministrar disciplinas propedêuticas são manter o interesse do aluno / motivá-lo (44%), demonstrar a importância e utilidade do conteúdo (25%) e enfrentar a desvalorização das disciplinas propedêuticas por parte de alunos e colegas (25%). Tal fato, em relação aos alunos, pode ser constatado em pesquisa realizada por Costa (2013).

Sobre esse tema, os docentes ressaltam o desafio de manter o interesse dos estudantes em uma disciplina teórica que será importante para a sua formação profissional. O fato de os alunos ingressarem no ensino superior ansiosos pela prática faz com que o desafio de os manter interessados seja maior ainda. Isso é revelado nos trechos selecionados abaixo:

> Os alunos querem estudar logo a prática do início do curso e após começar a faculdade vêem menos sentido nas disciplinas. O mais difícil é mantê-los interessados e mostrar a utilidade das disciplinas.
>
> **Professora, de 24 a 33 anos**

> Mostrar a importância de conhecimentos básicos e, muitas vezes teóricos, para a construção de um profissional. **Professor, de 44 a 53 anos**

No mesmo sentido das manifestações anteriores, outros dois professores expuseram o desafio de manter o interesse e estímulo do aluno com o conteúdo, bem como torná-lo mais próximo ao estudante:

> Tornar a disciplina atrativa, palatável e despertar o interesse e a dedicação dos alunos e alunas. **Professora, de 34 a 43 anos**

> Torná-las mais "palatáveis" aos alunos ingressantes, pelo risco de incompreensão e desestímulo deles. **Professor, de 44 a 53 anos**

Outra resposta bastante enriquecedora é a de uma professora que destaca três grandes desafios dos docentes que atuam em disciplinas propedêuticas. A primeira ponderação da respondente aborda a necessidade do docente estar apto a atuar em um contexto de constantes transformações tecnológicas e no ambiente de sala de aula. Em seguida, assim como as respostas anteriores, a docente propõe o dever de motivar o estudante para o estudo da disciplina. Por fim, expõe a atuação do profissional diante de turmas de perfil heterogêneo.

> a) estar sempre atento às mudanças da sala de aula, seja de caráter subjetivo, como (sic) tecnológico. Ex. o espaço da sala de aula como o conhecemos hoje (quatro paredes) já deixou de existir há muito tempo e precisamos nos adaptar às novas situações que isso exige. b) motivar alunos que acreditam que essa atividade acadêmica não é importante! c) trabalhar com alunos de diferentes condições em sala de aula: ex.: alunos que escrevem bem um texto e outros que não têm a mínima noção de escrita.
>
> **Professora, mais de 53 anos**

O último comentário selecionado sobre a questão refere-se às deficiências do aluno, provenientes de uma educação de base insuficiente. Essa é a contribuição descrita a seguir:

> Os déficits formativos vindos do ensino médio e também do ensino fundamental.
>
> **Professor, de 24 a 33 anos**

De fato, não se pode negar que, fruto do processo de estímulo à abertura de novos cursos superiores no país, o ingresso de estudantes com dificuldades de base nos cursos de Direito tornou-se uma realidade cada vez mais frequente nas instituições privadas. Essa realidade exige do docente que atua em disciplinas propedêuticas, em geral ofertadas no início do curso, uma atuação mais atenta às carências desse alunado que ingressa semestralmente nos bancos escolares em IES privadas.

Dando continuidade à pesquisa, considera-se que a satisfação com a carreira escolhida (acadêmica) é outro fator de extrema relevância para que se conheça o perfil dos docentes participantes da pesquisa. Sobre essa questão, os resultados demonstram que 88% dos docentes se sentem felizes atuando no magistério do ensino superior.

Sobre a dimensão afetiva no mundo do Direito, convém lembrar o pensamento de Luis Alberto Warat (2004). Em diversas de suas obras, o professor Warat apresenta importantes contribuições para a reflexão sobre o ensino jurídico. Dentre as inúmeras abordagens do docente, destaca-se a necessidade de transformar o ensino a partir da criação de uma nova pedagogia. Essa, por sua vez, deveria ser dotada de mais afeto, surrealismo, amor e criatividade.

A aprendizagem centrada no amor também é enfrentada por Edgar Morin (2005, p. 71) ao afirmar ser o amor o responsável por introduzir a profissão pedagógica e a verdadeira missão do educador.

Sendo assim, saber se os professores são felizes e realizados com sua escolha profissional torna-se de fundamental importância para identificarmos sua motivação com o ser e fazer docente.

Falando em sentimento, a valorização do professor em relação a sua escolha profissional também foi objeto de análise desta pesquisa. Dos 16 respondentes, 81% indicaram que se sentem valorizados e reconhecidos pela atuação na docência, dois professores manifestaram descontentamento sobre isso e outro deixou a questão em branco.

A pesquisa também revelou que a docência é a atividade profissional principal de 81% dos professores. Esse índice é interessante porque rompe com visão de que a carreira acadêmica está sempre em segundo plano entre os professores. Pelo menos em relação aos participantes da pesquisa, conclui-se que a maioria identifica a atividade acadêmica como principal atividade profissional.

Visando conhecer a vocação docente para a carreira acadêmica, questionou-se sobre a atividade profissional desejada logo após a conclusão do curso de graduação do professor. Sobre isso, 63% dos respondentes manifestaram que a docência era a sua primeira escolha.

Sobre isso, é interessante lembrar que é com frequência que professores são surpreendidos por seus alunos ou outras pessoas com perguntas como “O senhor trabalha ou só dá aula?”. Isso ocorre porque normalmente a carreira docente não é das mais populares entre os alunos. De acordo com os estudantes, as de maior prestígio estão vinculadas a órgãos públicos tradicionais do Direito, tais como a magistratura, Ministério Público, dentre outras (COSTA, 2013).

Em se tratando da percepção docente sobre a opinião dos alunos em relação às disciplinas propedêuticas, identificou-se que 38% dos docentes pensam que os estudantes acreditam que os conteúdos são relevantes, 6% sustentam que são vistos como muito relevantes, 25% imaginam que não são nem relevantes nem irrelevantes e 25% sustentam serem irrelevantes.

O processo de autoavaliação docente também foi objeto do questionário. Apesar da dificuldade de avaliar a si mesmo, 88% dos professores apresentaram uma análise positiva em relação ao seu desempenho em sala de aula. Apenas 13% consideram-se regulares em sua atuação em sala de aula.

4. Considerações Finais

A pesquisa realizada oportunizou a observação sobre a mudança ocorrida no cenário da educação superior brasileira nos últimos anos. Como pode ser percebido, o expressivo crescimento da oferta de cursos superiores no país exige um olhar sobre os grandes agentes desse sistema: os professores universitários.

A carreira docente passou a se consolidar como uma profissão para profissionais da área do Direito e a perspectiva histórica, de carreira que está em segundo plano, passou a ser relativizada, em especial dentre os docentes que ministram disciplinas de caráter propedêutico.

Por meio dos referenciais teóricos empregados, buscou-se demonstrar que a profissão docente vem se consolidando no meio universitário, sendo possível considera-la uma carreira entre profissionais da área do Direito.

A escolha pela realização da pesquisa com profissionais que ministram conteúdos propedêuticos ocorreu em virtude de não serem, em geral, os profissionais mais populares entre os alunos. O desprestígio, em sua maioria, não ocorre em virtude da (in)competência docente, mas em razão da resistência que os acadêmicos apresentam perante disciplinas desta natureza. (COSTA, 2013).

Visando atender ao objetivo do presente ensaio, antes de apresentar uma síntese do perfil dos pesquisados, é importante destacar que não se tem a pretensão de apresentar características atemporais de professores universitários que atuam na docência do ensino superior em qualquer curso de Direito. Os dados apresentados representam o perfil dos docentes que aderiram ao estudo na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e no Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter).

É possível identificar que, de acordo com o perfil dos participantes da pesquisa, as respostas mais frequentes indicam que, em geral, os profissionais que ministram conteúdos propedêuticos nos cursos em que a pesquisa foi aplicada são homens (50%) e mulheres (50%), têm entre 24 e 33 anos (31%) e 43 a 53 anos (31%), são casados (50%), não têm filhos (50%) e têm renda familiar entre R$ 9.955,00 e R$ 12.443,00 (38%).

Sobre a área de formação, identificou-se que a maioria dos professores tem formação na área do Direito; contudo, alguns tiveram experiências em outras áreas. As instituições de ensino mais frequentes na graduação foram PUCRS (56%), UFRGS (25%) e UNISINOS (19%).

Como pode ser percebido anteriormente, a faixa etária dos professores varia entre docentes mais jovens e mais experientes. Essa característica justifica o tempo de conclusão da graduação apresentado pelos respondentes, pois 44% colaram grau após o ano 2000 e 38% concluíram o curso entre 1980 e 1990.

Ainda sobre titulação, constatou-se que 50% dos docentes realizaram curso de especialização, 81% concluíram o mestrado e 75% têm título de doutorado. Desse modo, constata-se o cumprimento de um requisito importante para a consolidação da carreira acadêmica, reforçando a ideia de profissionalização dessa área de atuação. Outro dado que revela tal tendência é o fato de 50% dos professores pesquisados atuarem em mais de uma Instituição de Ensino.

A amostra permitiu concluir que 38% dos docentes trabalham de 31 a 40 horas semanais e 44% afirmam que se dedicam de cinco a dez horas no processo de preparação de aulas.

Apesar de ser um grupo com um alto percentual de titulados, 56% dos professores responderam que, além da docência, exercem outra atividade profissional, mas quando questionados sobre qual sua profissão, 81% se identificam e se apresentam como professores, ou seja, têm a docência como principal função.

Quando questionados sobre os motivos que levaram a escolher a docência, a maioria dos professores indica o prazer, a satisfação e a paixão como principal justificativa, o que revela um padrão de resposta completamente diferente do perfil tradicional de docente que exerce essa função como atividade secundária.

Além disso, questionou-se sobre os principais desafios encontrados no exercício da docência em propedêuticas. As principais respostas apresentadas indicamos os desafios de motivar os alunos / mantê-los interessados, a cobrança pela utilidade/ aplicação dos conteúdos e a desvalorização dessas áreas por alunos e colegas.

O fator de satisfação docente foi outro elemento em destaque no instrumento de pesquisa. Sobre esse ponto, 88% dos professores indicaram serem felizes com a escolha profissional pela academia, 81% manifestaram que se sentem valorizados com a escolha profissional e 88% avaliam seu desempenho como professor como “muito bom” ou “bom”.

Sobre o assunto, merece destaque que o padrão de resposta está em consonância com a perspectiva teórica apresentada no texto. Tal afirmação pode ser realizada a partir das propostas de Warat (2004), pois o laço afetivo configura um importante elemento para o profissional da educação.

A partir dos resultados da pesquisa de campo e do levantamento bibliográfico realizado ao longo do trabalho, e levando em consideração o problema de pesquisa apresentado, é possível chegar às seguintes considerações sobre o objeto de estudo proposto.

A primeira, sustenta-se na constatação de que a construção de novas respostas aos problemas do mundo requer uma abordagem transdisciplinar dos saberes. Ao profissional do Direito, cada vez mais é exigida a constituição de um olhar atento às complexidades que o mundo apresenta, tornando-se essencial a tarefa de reconectar os saberes. Para isso, compreender a importância dos docentes e das disciplinas propedêuticas torna-se essencial.

Outra questão a ser desenvolvida consiste em reconhecer que ser professor no século XXI requer flexibilidade para lidar com o novo e com as inseguranças, as incertezas, os paradoxos e os riscos que uma sociedade complexa apresenta. Tendo em vista as constantes transformações econômicas, sociais, tecnológicas e educacionais ocorridas nos últimos anos, é preciso repensar o papel do professor (de propedêuticas) e sua atuação enquanto um profissional da área jurídica.

Dentre os principais desafios apresentados pelos professores que atuam em disciplinas propedêuticas, destaca-se a sua habilidade para conduzir o processo pedagógico em face ao ingresso de estudantes com carências de conhecimentos básicos não supridos pelos ensinos fundamental e médio. Como as disciplinas são ofertadas normalmente nos primeiros anos dos cursos jurídicos, o docente que ministra essas disciplinas deve compreender o contexto da sala de aula e lidar com o desafio a partir de uma clara compreensão da realidade, evitando idealizações de um aluno que não pertence a esse tempo.

A preparação de professores de conteúdos propedêuticos no século XXI requer profissionais capazes de atuar e conduzir a aprendizagem diante de um contexto repleto de inseguranças, complexidades, riscos e paradoxos. Para tanto, destaca-se o papel dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil. Compete aos PPGs, enquanto um dos principais responsáveis pela formação de professores universitários na área do Direito, não manter uma

visão centrada única a exclusivamente na pesquisa, mas compreender que, além de pesquisadores, os egressos dos cursos de mestrado e doutorado, em sua maioria, tenderão a compor os quadros funcionais docentes das Instituições de Ensino.

Sendo assim, acredita-se que, assim como a Graduação é responsável por formar profissionais que atuarão no vasto mercado de trabalho da área do Direito, à Pós-Graduação caberia repensar o seu papel no processo de formação dos futuros professores de Direito do país. Nesse sentido, a atribuição acerca da importância de profissionais que ministram conteúdos propedêuticos por parte dos discentes, também dependerá da atuação de professores com uma formação pedagógica adequada aos dias de hoje.

5. Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Fernando Frederico de. Do Profissional-Docente ao Docente Profissional: a valoração simbólica dos títulos acadêmicos e da experiência docente no campo jurídico brasileiro. In Evandro Menezes de Carvalho (org, et. al.) **Representações do professor de Direito**. 1. ed. Curitiba: PR: CRV, 2012.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos, PIMENTA, Selma Garrido. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório oficial do Censo da Educação Superior 2016: Principais resultados. Disponível em Fonte: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf.

BRASIL. Plataforma Sucupira. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/

CARLINI, Angélica. O professor de direito: perspectivas para a construção de uma identidade docente. In **180 anos do Ensino Jurídico no Brasil**. CERQUEIRA, Daniel Torres; CARLINI, Angélica e ALMEIDA FILHO, José Carlos de. (org.) Campinas: Millenium, 2007, p. 328.

COSTA, Bárbara Silva. **Educação a Distância e Ensino Jurídico no Brasil: um debate necessário**. In Revista de Pesquisa e Educação Jurídica. Vol 04, n. 01, 2018. Disponível em: http://indexlaw.org/index.php/rpej/article/view/4063/pdf

_____; ROCHA, Leonel Severo. Conteúdos Propedêuticos e História dos Cursos Jurídicos no Brasil: 'perfumarias necessárias para a formação de profissionais do século XXI. In **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas** [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UFBA. Coordenadores: André Leonardo Copetti Santos; Leonel Severo Rocha – Florianópolis: CONPEDI, 2018, p. 25-44. Disponível em https://www.conpedi.org.br/publicacoes/0ds65m46/5ze902l3/043ghF5E3YF0B1I8.pdf

_____; ROCHA, Leonel Severo . Ensino do Direito e percepções discentes: constribuições waratianas para a construção da pedagogia do novo. In: SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; SANCHES, Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini; COUTO, Mônica Bonetti. (Org.). **Educação Jurídica**. 1ed.São Paulo/SP: Editora Saraiva, 2013, v. 1, p. 273-294.

_____. Saberes Propedêuticos e a Formação do Bacharel em Direito no Brasil: (re)pensando a educação jurídica a partir das percepções discentes e docentes. **Tese de Doutoramento** apresentada, sob orientação do prof. Dr. Leonel Severo Rocha, junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo, 2013. Disponível em: http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000007/00000725.pdf

_____; COSTA, Barbara da Silva . Da Tecnicização do Saber Jurídico ao Desafio de uma Educação Transdisciplinar. In: Horácio Wanderlei Rodrigues, Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches, Alexandre Kehrig Veronese Aguiar. (Org.). **Direito, educação, ensino, e metodologia jurídicos - (Re) Pensando o Direito: Desafios para a Construção de novos Paradigmas**. 1ed.Florianópolis: CONPEDI/UFSC, 2014, v. 1, p. 180-200.

_____; ROCHA, Leonel Severo. Ensino Jurídico e sociedade complexa: contribuições do pensamento luhmanniano na observação do sistema educativo. In **XX Congresso Nacional do CONPEDI** - Vitória, 2011, Vitória. Anais de Vitória, 2011. v. 1. p. 7621-7643.

_____; (Re)pensando o Direito diante de um mundo global: uma reflexão sobre os desafios do Ensino Jurídico no século XXI. *In* CERQUEIRA, Daniel; CARLINI, Angélica; ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. (orgs.) **180 anos de Ensino Jurídico no Brasil:** passado, presente e futuro do Direito. 1. ed. Campinas: Milenium, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MORIN, Edgar; ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgar de Assis (orgs.). **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 17. ed. São Paulo: Papirus Educação, 2010. p. 74.

NASPOLINI SANCHES, Samyra Haydêe Dal Farra; COUTO, Monica Bonetti. Matrizes Epistemológicas da Ciência do Direito que se Conhece e Ensina no Brasil. In **XX Congresso Nacional do CONPEDI**. Vitória: Vitória. Anais do [Recurso eletrônico]. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/anais/XXcongresso/Integra.pdf

PAGANI, Juliana Ferrari de Oliveira. A Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito no Brasil: a formação dos professores das disciplinas pedagógicas oferecidas em seus programas. In SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; SANCHES, Samyra Naspolini; COUTO, Mônica Bonetti (orgs.). **Educação Jurídica**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROCHA, Leonel Severo. Prefácio. In OLIVEIRA, Romulo Andre Alegretti. **Ensino Jurídico no Brasil: qualidade e risco**. Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. Uma observação histórica do nascimento da Sociologia do Direito no Brasil. In **AJURIS – Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: AJURIS, Ano 26, n. 75, set. 1999.

_____. **A Democracia em Rui Barbosa: o Projeto Político Liberal-Racional.** Rio de Janeiro: Liber Juris, 1995.

PELLANDA, Nize Maria Campos. **Maturana & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SANCHES, Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini; SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; COUTO, Mônica Bonetti. (Org.). **Educação Jurídica**. 1ed. São Paulo/SP: Editora Saraiva, 2013, v. 1.

WARAT, Luís Alberto. **Epistemologia e ensino do direito**: **o sonho acabou**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.